



**JUÍZO DE DIREITO DA (VARA) DA COMARCA DE (NOME DA COMARCA) DO
ESTADO DA BAHIA
(Endereço) (JUÍZO DA EXECUÇÃO)**

Ofício nº ____/____ – ENCAMINHAMENTO DE FORMULÁRIO/PRECATÓRIO

_____, __ DE _____ DE 20__

A Sua Excelência o Senhor
Desembargador **NILSON SOARES CASTELO BRANCO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
5ª Avenida do CAB, 560 - CEP-41745.971
Salvador – Bahia

1. PROCESSO JUDICIAL Nº:			
2. JUÍZO DE ORIGEM DA REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO:			
3. JUÍZO ONDE TRAMITOU A FASE DE CONHECIMENTO, CASO SEJA DISTINTO DO ITEM 2:			
4. ENTIDADE DEVEDORA:			
5. PARTE CREDORA (BENEFICIÁRIO/A):			
6. ADVOGADO(A):		OAB Nº:	
7. VALOR TOTAL REQUISITADO:	R\$		
7.1. VALOR DO CREDOR(A):	R\$		
7.2. HONORÁRIOS CONTRATUAIS:	R\$		
8. FINALIDADE – Formação de Precatório/Expedição ofício de inclusão			
9. ANEXOS: formulário e peças processuais essenciais conforme arts. 3º e 4º do Decreto nº 106/2023 c/c art. 6º da Resolução n. 303/20219 do CNJ			

Senhor Presidente,

Pelo presente, envio a Vossa Excelência o anexo **Formulário de Requisição de Precatório**, extraído do **processo** descrito no **item 1**, à vista do qual deve ser expedido Ofício Requisitório de Inclusão à **Entidade Devedora (item 4)**, em benefício da **parte credora e/ou do(a) seu(sua) advogado(a)** (honorários contratuais), indicados nos **itens 5 e 6**, para inclusão do **valor requisitado (item 7)** no seu orçamento, tudo visando à **finalidade do item 8**.

Frisa-se que devem acompanhar este expediente os anexos mencionados no item 9.

Respeitosamente,

Magistrado(a)



**JUÍZO DE DIREITO DA (VARA) DA COMARCA DE (NOME DA COMARCA) DO
ESTADO DA BAHIA
(Endereço) (JUÍZO DA EXECUÇÃO)**

FORMULÁRIO DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO – TJBA

INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	
Numeração única do processo judicial (conhecimento)	
Numeração originária anterior (se houver)	
Código do assunto (TUA-CNJ): (disponível em: https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php)	
Data do ajuizamento do processo judicial	
Numeração única do processo de execução ou cumprimento de sentença	
Data do trânsito em julgado da sentença ou do acórdão lavrado na fase de conhecimento do processo judicial	
Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo no cumprimento de sentença, ou do decurso do prazo para sua apresentação	

DADOS CADASTRAIS				
Nome do(a) beneficiário(a) do crédito (Parte Credora):				
CPF/CNPJ:		Data de nascimento:		
Dados Bancários:				
Contato:	E-mail:		Telefone:	()
Nome do(a) beneficiário(a) originário/principal, no caso de cessão/sucessão:				
CPF/CNPJ:				
Advogado(a)(s):				
CPF/CNPJ:				
OAB:	E-mail:		Telefone	()
Dados Bancários:				
Data da verificação da situação “regular” do CPF ou situação “ativa” para o CNPJ, junto à Receita Federal, em relação aos(às) beneficiários(as), inclusive no caso de credor(a) de honorários contratuais (situação “regular/ativa” obrigatória quando da expedição deste ofício/formulário):				
Entidade Devedora:				
CNPJ da Entidade Devedora:				



**JUÍZO DE DIREITO DA (VARA) DA COMARCA DE (NOME DA COMARCA) DO
ESTADO DA BAHIA
(Endereço) (JUÍZO DA EXECUÇÃO)**

CRÉDITO				
Natureza	Alimentícia	()	Patrimonial/Comum	()
Espécie de Requisição	Integral	()	Parcial (incontroverso)	()
Requisição suplementar (a precatório de valor incontroverso)	Sim (.....)		Não (.....)	

VALOR DEVIDO À PARTE CREDORA		
VALORES HISTÓRICOS (HOMOLOGADO JUDICIALMENTE)		
Valor Principal:	R\$	
Juros:	R\$	
Índices/taxa Selic:		
Custas/Despesas antecipadas:	R\$	
Data do trânsito em julgado da decisão que reconheceu a parcela incontroversa:		
Data-base utilizada na definição do valor do crédito:		
Data do deferimento da superpreferência:		
Superpreferência paga:	R\$	
Total (valor principal + juros + custas/despesas antecipadas – superpreferência paga)	R\$	

DADOS COMPLEMENTARES (em caso de ação de natureza salarial)						
Empregado(a)/Servidor(a):	Ativo	()	Inativo	()	Pensionista	()
Empregado(a)/Servidor(a):	Civil	()	Militar		()	
Nome do órgão a que estiver vinculado(a) o(a) servidor(a)/empregado(a):						
Nome do órgão previdenciário do(a) servidor(a)/empregado(a):						
CNPJ do órgão previdenciário do(a) servidor(a)/empregado(a):						
Valor da contribuição previdenciária:			R\$			
Valor do FGTS:			R\$			
Outras contribuições devidas, conforme legislação do ente federado			R\$			
Isenção de Imposto de Renda:		Sim	()	Não	()	
Nº de meses devido (RRA):						

ADVOGADO(A)		
Honorários Contratuais:	%	Valor (R\$)



**JUÍZO DE DIREITO DA (VARA) DA COMARCA DE (NOME DA COMARCA) DO
ESTADO DA BAHIA
(Endereço) (JUÍZO DA EXECUÇÃO)**

TOTAL DA REQUISIÇÃO (CREDOR/A E HONORÁRIOS)	R\$	
--	------------	--

DESTAQUE DE PENHORA			
Sim	()	Não	()
Identificação do juízo solicitante da penhora:			
Número do processo em que foi determinada a penhora:			
Valor (R\$):			

PEÇAS OBRIGATÓRIAS PARA CADASTRAMENTO DO PRECATÓRIO	
1. Ofício precatório devidamente assinado pelo(a) Magistrado(a) e formulário de expedição assinado pelo(a) Magistrado(a) ou Servidor(a)	7. Decisão que julga os embargos/impugnação ou decisão/sentença de homologação dos cálculos e respectiva certidão de trânsito em julgado da execução (sem recurso)
2. Petição Inicial do processo originário	8. Acórdão/decisão que decidiu o recurso, em sede de execução do julgado (se houver) e respectiva certidão de trânsito
3. Sentença/decisão da ação originária (a qual tenha encerrado a fase de conhecimento) e respectiva certidão de trânsito em julgado (quando não houver recurso)	9. Documento oficial da parte credora com CPF ou CNPJ ou Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), conforme o caso
4. Acórdão do Tribunal de Justiça (no caso de ter havido recurso voluntário ou de ofício) e respectiva certidão de trânsito em julgado (quando não houver mais recurso)	10. Procurações, inclusive com poderes expressos para receber e dar quitação no caso de pedido de pagamento a procurador, e substabelecimento(s)(Obs.: a procuração é dispensável quando a parte credora advogar em causa própria ou quando estiver representado pela Defensoria Pública)
5. Acórdão(s) de outro(s) tribunal(ais) superior(es) (se houver) e respectiva certidão de trânsito em julgado	11. Planilha de cálculo analítica (especificando principal, correção e juros, com os índices utilizados, e data do cálculo), homologada pelo juízo de execução, a qual deve coincidir com o valor do ofício precatório (Obs.: em se tratando de valor incontroverso fixado pelo juízo de execução, deverá ser apresentada planilha que demonstre a forma prévia de cálculo. No caso de valor correspondente ao teto de Juizados Especiais, deverá ser apresentada a decisão que assim fixou)
6. Petição dos embargos/impugnação do devedor ou petição de concordância pelo devedor ou certidão de decurso de prazo em branco para embargar/impugnar	12. Comprovação da intimação das partes sobre o inteiro teor do precatório expedido, antes de apresentação ao Tribunal

Eu, _____, Diretor(a) de Secretaria/escrivã(o), digitei, (Comarca)/BA, ____ de _____ de 202_.

Magistrado(a)